DIÁRIO — OFICIAL



Prefeitura Municipal de **Cipó**





ÍNDICE DO DIÁRIO

EDITAL				
	ONVOCAÇÃO	 		_





EDITAL

CONVOCAÇÃO



RESOLUÇÃO 02/2021.

"Dispõe sobre abertura do Edital para Registro de Entidades e a Inscrição de Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cipó— BA e dá outras providências".

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Combate a fome no uso de suas atribuições previstas no artigo nº19 da Lei nº8.742, de 07 de dezembro de 1993, 2017, Lei Orgânica de Assistência Social, Lei Municipal nº224/2017, 22 dezembro de 2017

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONANDA nº 116 /2006, onde cabe à administração pública, nos diversos níveis do Poder Executivo, fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente foi destituído por meio de Assembléia extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO que conforme Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente criado em 05 de outubro de 2005 o mandato dos membros do Conselho é de 02 anos, sendo permitida uma única recondução;

CONSIDERANDO que o mandato do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do adolescente teve vencimento em junho de 2020, estando o mesmo ao final do exercício de 2020, com seu mandato expirado;

CONSIDERANDO a Resolução do nº105 de 15 de junho de 2005 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescentes-CONANDA dispõe sobre os parâmetros para criação e funcionamento dos Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar abertura do Edital de Convocação das Entidades e a Inscrição de Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art.2°. A avaliação das inscrições deverá ser feita equipe Técnica designada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.







Art.3°. Este Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cipó, 25 de janeiro de 2021.

MARILENE SORAIA REIS DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome Cipó-BA





ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ENTIDADES E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E NÃO GOVERNAMENTAIS PARA INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTECMDCA.

"Dispõe sobre o Registro de Entidades e a Inscrição de Programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cipó—BA e dá outras providências".

- Art. 1 O registro das entidades e programas de atendimento dar-se-á na forma do disposto nos artigos 90, parágrafo único, e 91, da Lei nº 8.069/90, cabendo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome:
- a) efetuar o registro das organizações da sociedade civil sediadas em sua base territorial que prestem atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, executando os programas a que se refere o art.90, caput e no que couber, as medidas previstas nos arts. 101, 112 e 129, todos da Lei nº 8.069/90; e
- b) a inscrição dos programas de atendimento a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias, em execução na sua base territorial por entidades governamentais e das organizações da sociedade civil.
- Art. 2º Para a concessão do registro das Entidades e da inscrição de programas de proteção e socioeducativos, a organização da sociedade civil deverá formular requerimento próprio (modelo no anexo II) acompanhado da seguinte documentação:
- I cópia de estatuto atualizado registrado em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- II cópia de ata de eleição e posse da diretoria em vigor, registrada em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;
- III cópia do cartão do CNPJ, atualizado;
- ${
 m IV}$ cópia do documento de identidade do representante legal da entidade;
- V declaração de idoneidade (modelo no anexo III);
- VI plano de trabalho que deverá conter os seguintes requisitos:
 - a) Público-alvo;
 - b) Objetivos;





ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

- c) Capacidade de atendimento;
- d) Forma de execução do trabalho;
- e) Recursos humanos envolvidos;
- f) Infraestrutura para a realização do trabalho;
- g) Abrangência territorial;
- h) Impacto social esperado;
- i) Forma de monitoramento e avaliação do trabalho.
- §1º. Será negado registro à entidade nas hipóteses relacionadas pelo art. 91, parágrafo único, da Lei n.º 8.069/90.
- § 2º. Será negado registro e inscrição do programa que não respeite os princípios estabelecidos pela Lei nº 8.069/90 e/ou seja incompatível com a política de promoção dos direitos da criança e do adolescente traçada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;
- § 3º. Não será concedido registro para funcionamento de entidades nem inscrição de programas que desenvolvam somente atendimento em modalidades educacionais formais de educação infantil, ensino fundamental e médio.
- § 4º. Verificada a ocorrência de alguma das hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, a qualquer momento poderá ser cassado o registro concedido à entidade ou programa, comunicando-se o fato à autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar.

Parágrafo único. Os documentos exigidos visam, exclusivamente, comprovar a capacidade da entidade de garantir a política de atendimento compatível com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 3º. Caso alguma entidade ou programa esteja comprovadamente atendendo crianças ou adolescentes sem o devido registro no respectivo Conselho Municipal e Distrital dos Direitos da Criança e do Adolescente, deverá o fato ser levado de imediato ao conhecimento da autoridade judiciária, Ministério Público e Conselho Tutelar para a tomada das medidas cabíveis, na forma do disposto nos arts. 95, 97, 191,192 e 193 da Lei nº 8.069/90.

PARAGRAFO ÚNICO. As Etapas do processo de inscrição serão avaliadas seguindo o cronograma previsto no Anexo I deste Edital.







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

Art.4°. No caso de indeferimento do requerimento de inscrição pela equipe técnica responsável pela seleção, a entidade ou programas de proteção e socioeducativos, deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento;

Art. 5°. A Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Fome expedirá ato próprio dando publicidade ao registro das entidades e programas que preencherem os requisitos exigidos, sem prejuízo de sua imediata comunicação ao Juízo da Infância e da Juventude e ao Conselho Tutelar, conforme o previsto nos arts. 90, parágrafo único, e 91, caput, da Lei nº 8.069/90.

Art. 6°. Não serão aceitos documentos fora do prazo estipulado neste Edital.

Art.10°As inscrições e documentações deverão ser entregues na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, situada no Endereço: Rua Dom Pedro II, nº204, Centro, Cipó – BA, do dia 26/01/21 das 08h às 12h e das 14h às 17h até o dia 27/01/21 das 08h às 12h.

Art.11°. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cipó, 25 de janeiro de 2021.

MARILENE SORAIA REIS DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome Cipó-BA







ANEXO I – CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO

ETAPAS	DATA
Abertura das inscrições	26/01/2021 A 27/01/2021
Análise documental	27/01/2021
Elaboração do parecer da equipe técnicas	27/01/2021
Publicação da decisão	27/01/2021
Emissão de comprovante e notificação da entidade	28/01/2021

ANEXO II- FORMULARIO DE REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO





ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

101110
REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO ENTIDADE OU PROGRAMA
() Inscrição de serviço/programa de atendimento.
() Reavaliação de inscrição.
Programa / Serviço:
Nome do responsável legal pelo serviço/ programa:
Endereço do Programa / Serviço:
Telefone:
E-mail:
O responsável legal pelo serviço, acima descrita, vem ao órgão responsável requerer a inscrição de seu programa de atendimento em regime de:
() orientação e apoio sociofamiliar; () apoio socioeducativo em meio aberto; () acolhimento familiar/família acolhedora; () acolhimento institucional; () apadrinhamento; () liberdade assistida; () prestação de serviços à comunidade.
Cipó-BA,/ de
Assinatura do responsável legal pelo serviço / programa

ANEXO III- DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE







DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE

Ilustríssimo Senhor Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do
Adolescente – CMDCA—Cipó/BA
Eu,
$Brasileiro(a), \ldots, portador \ da \ identidade \ n^o \ldots,$
órgão expedidor e inscrito no C.P.F. sob o $n^{\rm o}$
, residente e domiciliado
à , exercendo o cargo de
presidente da entidade denominada
, CNPJ, DECLARO, para efeito de que dispõe a alínea "d",
\S 1°, artigo 91, da Lei Federal 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, que não é de
meu conhecimento que exista nos quadros desta entidade nenhuma pessoa, inclusive eu, cuja
conduta desabone a integridade moral ou que tenha, contra si, sentença condenatória criminal
transitada em julgado. Fico ciente que a falsidade dessa declaração importa no cancelamento
automático do Registro da mencionada entidade no CMDCA, nos termos da legislação
supracitada, além das penalidades civis, criminais e administrativas previstas na legislação
vigente.
Cipó-BA,dede

REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE







ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e

Combate a fome

RESOLUÇÃO 01/2021.

"Dispõe sobre a abertura do Edital de Convocação de Organizações de Sociedade Civil para inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e dá outras providências".

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Combate a Fome no uso de suas atribuições previstas no artigo nº19 da Lei nº8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social e na Lei Municipal nº224/2017, 22 dezembro de 2017,

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal de Assistência Social foi destituído por meio de assembleia extraordinária realizada em 05 de dezembro de 2020;

CONSIDERANDO que conforme Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social criado em 11 de março de 2013, o mandato dos membros do Conselho Municipal de Assistência Social é de 02 anos, sendo permitida uma única recondução;

CONSIDERANDO que o mandato do Conselho Municipal de Assistência Social teve vencimento em 28 de junho de 2020, estando o mesmo ao final do exercício de 2020, com seu mandato expirado;

CONSIDERANDO a Resolução do nº237 de 14 de dezembrode 2006 do Conselho Nacional de Assistência Social que dispõe sobre as diretrizes para a estruturação, reformulação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social.

CONSIDERANDO a Resolução n°14, de 15 de maio de 2014 do Conselho Nacional que define os parâmetros para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º Realizar abertura do Edital de Convocação das entidades e organizações de Sociedade Civil no Conselho Municipal de Assistência Social.

Art.2°. A avaliação das inscrições deverá ser feita pela equipe Técnica designada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome.

Art.3°. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.







ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

Cipó, 25 de janeiro de 2021.

MARILENE SORAIA REIS DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome Cipó-BA







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

A Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Combate a fome, em consonância com o artigoc6º da Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993, Lei Orgânica de Assistência Social convoca as entidades e organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais para inscrição junto ao conselho municipal de Assistência Social.

- Art. 1º. As Entidades ou organizações de Assistência Social podem ser:
- I de atendimento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços, executam programas ou projetos e concedem benefícios de proteção social básica ou especial, dirigidos às famílias e indivíduos em situações de vulnerabilidades ou risco social e pessoal, nos termos das normas vigentes;
- II de assessoramento: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para o fortalecimento dos movimentos sociais e das organizações de usuários, formação e capacitação de lideranças, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes;
- III de defesa e garantia de direitos: aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas ou projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais e articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos das normas vigentes.
- Art.2°. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:
- I ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;
- II aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;
- III elaborar plano de ação anual;
- IV ter expresso em seu relatório de atividades:
- a) finalidades estatutárias;
- b) objetivos;
- c) origem dos recursos;
- d) infraestrutura;
- e) identificação de cada serviços, programas, projetos e beneficios socioassistenciais executado.







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

- Art. 3º Os critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais são, cumulativamente:
- I executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;
- II assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;
- III garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;
- IV garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.
- Art. 4º As entidades ou organizações de Assistência Social deverão apresentar os seguintes documentos para obtenção da inscrição:
- I requerimento, conforme Anexo II;
- II cópia do estatuto social (atos constitutivos);
- III cópia da ata de eleição e posse da atual diretoria;
- IV plano de ação;
- V cópia do Comprovante de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas CNPJ.
- Art. 5°. Compete a Equipe Técnica, designada pela Secretária Municipal de Desenvolvimento e Combate a fome, receber e analisar a documentação respectiva aos pedidos de inscrição, que se constituem nas seguintes etapas:
- a) Requerimento da inscrição;
- b) Análise documental;
- c) Visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;
- d) Elaboração do parecer da Equipe Técnica;
- e) Pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;
- f) Publicação da decisão plenária;
- g) Emissão do comprovante;
- h) Notificação à entidade ou organização de Assistência Social por oficio;
- i) Envio de documentação ao órgão gestor para inserção dos dados no Cadastro Nacional de Entidades de Assistência Social - CNEAS, conforme art. 19, inciso XI da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.

PARAGRAFO ÚNICO. As Etapas do processo de inscrição serão avaliadas seguindo o cronograma previsto no Anexo I deste Edital.







ESTADO DA BAHIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

Art.6°.No caso de indeferimento do requerimento de inscrição pela equipe técnica responsável pela seleção, a entidade ou organização de Assistência Social deverá ser comunicada oficialmente, contendo todas as devidas justificativas de indeferimento;

Art. 7º. As entidades selecionadas que se enquadrem na tipificação apresentada nesse edital, serão convocadas para discussão, aprovação e adequação, se necessário, de seus planos de ação para inscrição junto ao CNEAS.

Art. 8º. Não serão aceitos documentos fora do prazo estipulado neste Edital.

Art.9°As inscrições deverão ser entregues na Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate a Fome, situada no Endereço: Rua Dom Pedro II, n°204, Centro, Cipó – BA, do dia 26/01/21 das 08h às 12h e das 14h às 17h até o dia 27/01/21 das 08h às 12h.

Art.10°. Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Cipó, 25 de janeiro de 2021.

MARILENE SORAIA REIS DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome

Cipó-BA







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e
Combate a fome

ANEXO I – CRONOGRAMA DE INSCRIÇÃO

ETAPAS	DATA
Abertura das inscrições	26/01/2021 A 27/01/2021
Analise documental	27/01/2021
Visita técnica (se necessário)	27/01/2021
Elaboração do parecer da comissão	27/01/2021
Discussão e deliberação	27/01/2021
Publicação da decisão	27/01/2021
Emissão de comprovante e notificação da entidade	28/01/2021
Inscrição no CNEAS	28/01/2021

MARILENE SORAIA REIS DO NASCIMENTO

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a Fome Cipó-BA







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

ANEXO I- FORMULÁRIO PARA INSCRIÇÃO DE ENTIDADES E ORGANIZAÇÕES NO CMAS

(Resolução CNAS nº 16, de 5 de maio de 2010)

A entidade abaixo qualificada, com atuação também neste município, por seu representante legal infra-assinado, vem requerer a inscrição dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais abaixo descritos, nesse Conselho.

A - DADOS DA ENTIDADE:

Nome da Entidad	de				
CNPJ:					
Código Nacional	l de Atividade Econômica	Principal e Sec	undário		
Data de inscrição	o no CNPJ/				
Endereço		no Bai	irro		
Município	UF	CEP		_	
Tel					
	E-mail				
A entidade está i sob o número	inscrita no Conselho Mun , desde/	icipal de	<u>.</u>		,
município (descr	viços, programas, projeto rever todos):				
B - DADOS DO	REPRESENTANTE LE	EGAL:			
Nome:					
			nº B	airro	Mun
icípio Tel:	Celular:	UF E-mail:	CEI		
RG_			Datanasc.		







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Combate a fome

Escolaridade	
Período do Mandato:	
C - INFORMAÇÕES A	DICIONAIS
Termos em que,	
Pede deferimento.	
Local	Data/

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA ENTIDADE







PREFEITURA MUNICIPAL DE CIPÓ
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e
Combate a fome

ANEXO IV- COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CIPÓ-BA.

	INSCRIÇÃO Nº						
A entidade		, CNPJ			, com sede		
emnúmero					Conselho,	sob	
A presente inscrição	tem validade pelo p	orazo máz	kimo de 04 a	anos.			
Local	Data/	/					
A	.SSINATURA DO	REPRE	SENTANT	 E LEGAI	L		